

---Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---Ponto número um – Apreciação e eventual aprovação de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo sexto, número um, alínea c) da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Lei dos Compromissos, referente ao protocolo a estabelecer entre o Município de Óbidos e a OBITEC – Associação Óbidos Ciência e Tecnologia, para apoio à construção dos edifícios centrais do Parque Tecnológico de Óbidos;---

---Ponto número dois – Apreciação da Proposta de delegação de competências à Óbidos Criativa, E.E.M., relativo à organização, gestão e implementação do Programa REC – Rede de Espaços Criativos e eventual autorização nos termos previstos na alínea i) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro;-----

---Ponto número três – Período fora da ordem do dia – Intervenção do público.-----

---Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte, Luís Carlos Guimarães de Carvalho, que foi substituído pelo Senhor Deputado João Maria da Gama Lourenço, Rogério Manuel de Sousa Pinto Correia, André Felipe Freitas Duque, Luís Costa Sousa, Carlos Alberto Zina Rodrigues e da Senhora Deputada Anabela Blanc Capinha Corado.-----

---Como faltou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a mesma ficou constituída, nos termos do regimento, pelo Senhor Deputado José Luís Rocha de Oliveira, Primeiro Secretário, que presidiu aos trabalhos e pela Senhora Deputada Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário.---

---Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos.--

---PONTO NÚMERO UM – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, DE FORMA A DAR CUMPRIMENTO AO ESTIPULADO NO ARTIGO SEXTO, NÚMERO UM, ALÍNEA C) DA LEI NÚMERO OITO, BARRA, DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSO, REFERENTE AO PROTOCOLO A ESTABELECEER ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A OBITEC – ASSOCIAÇÃO ÓBIDOS CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PARA APOIO À CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS CENTRAIS DO PARQUE TECNOLÓGICO DE ÓBIDOS: -

Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil novecentos e sessenta e oito, de vinte e quatro de outubro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo sexto, número um, alínea c) da lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, lei dos compromissos, referente ao protocolo a estabelecer entre o Município de Óbidos e a OBITEC – Associação Óbidos Ciência e Tecnologia, para apoio à construção dos edifícios centrais do Parque Tecnológico de Óbidos.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que, sobre a questão em causa, trata-se de um ato muito importante de repartição de encargos para o financiamento da componente nacional que aqui se espelha, neste documento, de vinte por cento, do montante total da obra, sendo que, neste momento, a comparticipação nacional já não é os vinte por cento, mas são quinze por cento. Estão na presença dos vinte por cento, porque tinham que se ligar a algum documento formal, que era o garante para enviarem toda a documentação para o Tribunal de Contas. Esse documento passado pelo Mais Centro, pela Comissão de Coordenação, enviado já em tempos, apenas falava nos vinte por cento. Trata-se de um investimento que conta, fundamentalmente, com duas fontes de financiamento. Uma primeira, o Mais Centro. Esta Assembleia Municipal marcada extraordinariamente, tem muito a ver com o contexto em que o Município encontrou a garantia do financiamento, ou seja, aquilo que se estava ainda a tentar fazer por parte do Mais Centro, através da operação de limpeza, de fazer cair muitos dos financiamentos do QREN, por força do défice que tem. Com as alterações emanadas de trinta de maio, através da suspensão de todas as aprovações do QREN e com as orientações entretanto dadas, em final de julho, levou a que o Mais Centro tivesse um défice em contratos já assinados e, está de fora este, em particular, como esteve o

da escola Josefa de Óbidos, levasse a cortar muitos dos contratos de financiamento. Tiveram que ter a capacidade de terem algum golpe de rins para reagir e para segurar estes três, vírgula, oito milhões de euros, que é uma das fontes de financiamento, sendo que o restante resulta do esforço da Autarquia. Diz três, vírgula, oito milhões de euros, considerando a participação dos vinte por cento. É óbvio que isto é o aspeto mais formal. Do ponto de vista substantivo, o que estão hoje aqui a fazer é a tratar do futuro do Concelho. O que estão, verdadeiramente, a tratar, é a criação de condições económicas para a vida do Concelho, para a vida das pessoas. Se há momento em que têm que trilhar um caminho, este é o momento. É precisamente neste momento de austeridade, de dificuldade e sobretudo de muita dificuldade social que têm que fazer escolhas. A escolha do Município foi, obviamente, agarrar-se àquilo que pode gerar riqueza no Concelho, àquilo que pode dar conforto às pessoas que hoje estudam, mas também às pessoas que não estudando, já estudaram e podem criar o seu próprio posto de trabalho ou podem, por outro lado, ter aqui o seu emprego. Este é um projeto que não é um projeto para responder aos problemas de hoje. É um projeto e é um investimento para responder para os próximos vinte, trinta, quarenta anos da vida do Concelho. Esta é uma emblemática, uma obra de extraordinária importância. Existem sempre sensibilidades diversas e não se pode pedir que todos concordem com esta visão, que foi sufragada, mas não há dúvida que Óbidos tem feito um caminho, um caminho muito voltado para as economias criativas. Tiveram, na sexta-feira, cerca de uma centena de criativos em Óbidos, no âmbito da abertura de um novo espaço, que vem no segundo ponto, a delegação de competências do veículo Óbidos Criativa. Óbidos, hoje, tem uma capacidade enorme de atrair criativos e de ter dentro do Concelho uma coisa que muitos designam por cluster disto, ou cluster daquilo, mas que designam o cluster das pessoas, o cluster daquilo que cada um tem de melhor. São as suas ideias e a sua criatividade. Este é mais um investimento para as pessoas. Têm todas as condições. A procura, neste momento, é imensa. Não têm espaço para terem todas as empresas no Convento de São Miguel. Acresce a isto que o Convento de São Miguel não é um espaço que é do Município. É um espaço que, depois da construção dos edifícios centrais, a Câmara Municipal vai ter que desocupar para resolver uma outra situação, por força, também, da conjuntura económica. Como sabem, já não se fazem alcatroamentos pelo país fora, como se faziam, e, portanto, a empresa intermunicipal Pisoeste gerou prejuízos e esses prejuízos têm que ser cobertos pelos seus acionistas. Óbidos não tem condições, objetivas, para estar a meter em causa a posição das outras onze autarquias e a pedir-lhes que financiem os prejuízos da Pisoeste, que está, neste momento, em liquidação, para meterem dinheiro nesses prejuízos. Entendeu o colégio dos municípios encontrar um conjunto de soluções para cobrir parte do passivo, sem que as Autarquias tivessem que despende de liquidez, de dinheiro, para cobrir esse passivo. A Associação de Municípios entendeu que as Águas do Oeste poderiam ficar naquele espaço, permitindo ainda a convivência entre a OBITEC, o ABC, com as Águas do Oeste, até que os edifícios centrais estejam construídos. A partir desse momento, as Águas do Oeste, se tudo correr como está acordado, ficarão com todo o espaço para si.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que mais uma vez são confrontados com uma situação incrível. Enquanto o país está paralisado, em termos de investimento, e onde se trata de sacar seja a quem for, inclusive aos mais carenciados, deixando de ter direito à saúde, à medicação, deixando morrer as pessoas, que é o que já está a acontecer, e serem tratados abaixo de cão. A Câmara Municipal sem ter meios financeiros, ainda há pouco tempo os confrontou para aprovarem uma ajuda de cerca de quatro milhões de euros, para financiar a Câmara Municipal, para pagar dívidas, quatro milhões esses que não chegam a nada. Vão ficar a dever, certamente, a muita gente. Como é que a Câmara Municipal pode ir financiar um empreendimento destes, este ano em oitocentos e tal mil euros, aproximadamente, um milhão de euros, e o ano que vem novecentos e tal mil, para estes dois pavilhões da OBITEC. Isto é uma entidade privada. O Senhor Humberto Marques já tomou a concessão disto. O Senhor Presidente da Câmara Municipal já passou isto para ele. O Senhor Humberto Marques é que é o gestor disto. Isto não faz parte da hasta pública. Não percebe nada das alíneas que estão no documento, nem das leis. Só o que faz sentido é mandar o documento para alguém o apreciar, devidamente, para os investigar.-----

---A Senhora Deputada Ana Carvalho chamou à atenção para a cláusula sexta, que leu. Esta cláusula é um

buraco onde pode caber tudo. Podem juntar uma adenda complementar. O que é isto, uma adenda complementar? Parece que correndo mal aplica-se tudo, correndo mal, junta-se uma adenda. Se houver trabalhos a mais, também cabe. Gostaria que houvesse uma correção e uma melhor ponderação, relativamente a esta questão. Aqui cabe mesmo tudo, é mesmo um buraco.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço agradeceu a explicação do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. É uma aposta do Executivo esta aposta no cluster humano. Também se compreendeu qual é o objetivo da construção dos edifícios. Cinco milhões de euros para a construção de dois edifícios. Solicitou que lhes fosse dada uma ideia do que é que são dois edifícios de cinco milhões. Dá ideia, num enquadramento destes, em que a Câmara Municipal só despende vinte por cento, cerca de um milhão, se não haveria aqui uma outra alternativa de ser construído por fases. Percebe o raciocínio do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, ainda por cima está bem delineado. É uma aposta a prazo. Não é a cinco anos, nem a dez anos, é a vinte anos. Mais uma razão para, se calhar, não haver logo uma grande parte desse investimento inicialmente. Provavelmente uns edifícios desta dimensão e desta estrutura devem ter custos e deve haver uma noção de quais são os custos de estrutura e manutenção dos edifícios. Gostaria de saber quais. O parque tecnológico, quantas empresas tem, que receitas é que tem, hoje em dia. Falou há pouco de uma imensa procura de novas posições. Deve haver, com certeza, uma ideia do que é que é o planeamento dos próximos anos. Não está em questão arranjar um financiamento para oitenta por cento da obra. O que está em questão, ou interessa perceber como é que esta obra se enquadra no resto das decisões. Acaba por ser uma questão política a Câmara Municipal alocar um milhão de euros para este projeto e não utilizar noutra obra, ou noutras situações, no Município. Perceber um bocado qual é que é a dimensão do parque tecnológico, quantas empresas estão, como é que elas se instalam lá, se pagam alguma coisa à empresa que gere, se só compram o terreno, se compram o terreno e não o utilizam. Como é que isto tudo se processa e quais é que são as perspetivas. Se vão construir isto é porque estão à espera de receber dinheiro, pelo menos, no imediato, para cobrir uma parte dos custos.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa perguntou se a incubadora de empresas que está a funcionar no Convento de São Miguel e, sendo esta obra concluída, em princípio transitará para este edifício que vai ser construído. Se é assim que vai acontecer. Pareceu-lhe que foi isso que referiu. Gostava de saber, mais ou menos, quantas empresas é que estão na incubadora. Relativamente à prestação de serviços de formação, independentemente de poder, ou não, fazer sentido, ser, ou não, útil para a médio e longo prazo, queria fazer uma chamada de atenção para o facto de terem dois centros de formação muito próximos de Óbidos. Um fica a cerca de um quilómetro da zona do parque tecnológico e têm outro em Caldas da Rainha, que estão subaproveitados. Gostaria de chamar à atenção para aquilo que se está a passar nos serviços públicos de emprego neste momento, em que há uma reestruturação completa dos serviços, em que há fusão de centros de emprego ou centros de formação. Isso devia dar-lhes um alerta para verem se é o momento próprio para fazerem situações desta natureza, independentemente do médio e longo prazo poder vir a ser um projeto razoável, vir a ter algum futuro, ou fazer algum sentido esta situação. Não gostaria de deixar de partilhar estas questões, porque pensa que são importantes terem em conta, quando estão a delinear um projeto à long.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que a questão colocada pelo Senhor Deputado do PCP, Custódio Santos, não foi bem uma questão, foi mais um comentário, não tendo percebido o alcance da sua intervenção, quando falou em hasta pública, concessão, com privado. Não sabe, francamente, ao que é que se estava a referir. Apenas sabe, sobre esta matéria, que Associação é, na esmagadora maioria, tutelada pela Câmara Municipal, candidatou-se a fundos comunitários para a construção dos edifícios centrais através do INOVC, para recorrer a financiamento. É ela que, objetivamente, se lançou a concurso público, fez todos os passos formais que se exigiam. Não se trata de uma outra coisa, do que a repartição de encargos, autorização para repartição de encargos. Falou em novecentos mil euros em dois mil e doze, mais novecentos mil em dois mil e treze, nada disso. São cerca de oitenta mil euros em dois mil e doze e isto está de acordo com o plano de obra que foi a concurso, sendo que, em dois mil e treze será o restante. A totalidade, na pior das circunstâncias, andará na ordem

dos novecentos mil euros. Sabem, hoje, já, que não anda nos novecentos mil euros, porque a taxa de financiamento do QREN já aumentou cinco por cento. Já não é oitenta, é oitenta e cinco, o que quer dizer que quinze por cento é que são garantidos pelo Município. A Senhora Deputada Ana Carvalho chamou à atenção para a cláusula sexta, que é uma cláusula que existe quase sempre em todos os acordãos, protocolos, que é deixar uma espécie de vazio. Há matéria que, por melhor que façam, nunca conseguem acautelar antes das coisas acontecerem. O que dizem os juristas é que há que salvaguardar qualquer aspeto que possa vir a acontecer. Deu o exemplo do aumento do valor de participação FEDER. Têm que acautelar as coisas. Sobre os trabalhos a mais, digam qual é que foi a obra pública, feita até hoje, que conseguisse correr, exatamente, na linha do risco do arquiteto e do engenheiro. Se houver uma, gostava de saber qual, porque também tem vontade de aprender alguma coisa. A questão que o Senhor Deputado João Maria Lourenço coloca, a possibilidade de fazer a obra. Esta possibilidade de fazer a obra, do ponto de vista teórico é muito interessante. Mas esta pergunta demonstra que não se está atento, ou não se conhece, nem os instrumentos atuais de financiamento e muito menos aquilo que está a ser preparado em termos do futuro quadro comunitário de apoio. Em bom rigor, quando está a dizer se não será possível fazer o primeiro anel do edifício e depois o segundo anel do edifício, o que o Senhor Deputado está a dizer é se não é possível não fazer nada. É sempre possível não fazer nada. Se olharem para o atual quadro comunitário de apoio em que, depois de assinado o contrato de financiamento, têm seis meses para começar a executar física e financeiramente uma obra e que têm um quadro comunitário de apoio a terminar. Seguindo aquilo que são as orientações para o futuro quadro comunitário de apoio, em que muitas destas obras vão deixar de ser financiadas, e vão ser muito orientados, os futuros fundos comunitários, para lógicas público ou privado, não fala de parcerias, mas de público ou privado e desta relação, significa não terem edifícios centrais, significa matarem aquilo que é um dos eixos prioritários para o Concelho. Não há forma de dar a volta a este assunto. Ou demonstram que têm capacidade, e têm, para executar esta obra até final de dois mil e treze, ou não vão receber dinheiro nenhum. O Município em face disto preferiu garantir os três, virgula, oito milhões de euros que podem ser mais, como disse. Sobre custos de manutenção disse que o Município antes de pensar uma determinada obra, não o faz sem pensar antes qual é o modelo de gestão. Por isso criou a OBITEC, a Óbidos Criativa. Por isso já tem tido várias reuniões para limar o modelo de gestão. Este modelo de gestão, obviamente, tem que ser suportado integralmente pelas empresas e pelos criativos que possam estar nos edifícios. O Município não pode estar a médio e longo prazo a financiar custos correntes e custos de manutenção disto. Isto tem que ser gerido como um negócio. O Município não quer pagar para que isto funcione. Não quer estar a meter dinheiro. Não pode deixar de nesta altura, e nos primeiros anos, de financiar alguma coisa até entrar em velocidade de cruzeiro. Isso é espetável. Percebeu a sua habilidade em procurar aqui misturar isto com o parque tecnológico, com estas questões, número de empresas que tem, etc.. Enquanto estava a colocar essas questões ocorreu-lhe uma pergunta. O Senhor Deputado, por acaso, já visitou parques tecnológicos no resto do mundo? Será que o Senhor Deputado sabe como é que são construídos os parques tecnológicos? Será que sabe que os parques tecnológicos demoram dez, vinte, trinta anos até serem consolidados? Sabe que o Biocant tem muito mais tempo do que o de Óbidos, não tem empresas, tem uns edifícios centrais? Sabe o que aconteceu no parque tecnológico da Covilhã, de Aveiro, etc.? Têm dito várias vezes que a estratégia do parque tecnológico é uma estratégia para vários Presidentes de Câmara, não é para este Presidente de Câmara. Por essa razão é que entenderam que o ataque ao parque tecnológico é um ataque a cada um de nós, inclusive aos Senhores Deputados, às pessoas. Isto é uma coisa que atravessará vários partidos, vários Presidentes de Câmara. Estão a gizar políticas públicas para o futuro, correndo o risco de ser incompreendido nesta altura. É muito mais popular fazer requalificação de um largo, fazer uma estrada, um passeio, mas têm obrigação de pensar o futuro e de estruturar o futuro. Não é na crise que presumem que vão vender lotes às empresas. Era bizarro exigirem ou fazerem essa crítica a este Executivo, porque tem a ambição de instalar as empresas no parque tecnológico e, nesta altura, aquilo não está cheio de edifícios de empresas. Não é em condições favoráveis que o mercado funciona, muito menos em condições financeiras nacionais, mundiais, que lhes pode exigir isso. A

Senhora Deputada Ana Sousa falou na questão da formação. O conceito que têm de formação é muito diferente do conceito de formação que se tem nos centros de formação e nos centros de emprego. Isto trata-se mais de uma espécie de treinamento para as pessoas, em que possam fazer uma formação, ação contínua de brainstorming, que possam ter um lugar para poderem trabalhar, para ter esse local de discussão, mas que possam ter depois outro espaço de reação. É um conceito, absolutamente, diferente da formação a que habitualmente designam de formação. Por essa razão tem esse espaço também.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que se perguntou, muito concretamente, qual era o modelo de gestão, quais eram os custos de manutenção dos edifícios, quais eram as receitas, qual era a dimensão, etc., e não foi dito qual era o modelo de gestão. Foi referido que quando se fazem as perguntas, com a melhor das intenções, se pretendem habilidades. Depois aquela frase que vem de outros tempos, que o põe, completamente, arrumado. O ataque ao parque tecnológico é o ataque a cada um de nós. Este tipo de dogmas.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que não pode deixar passar em claro esta intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. As questões que foram colocadas pelo seu colega João Maria Lourenço foram questões absolutamente pertinentes. Não viu, na intervenção dele, nenhum tipo de ataque, nem nenhum tipo de agressividade. O que se pergunta é qual é o sentido de construir os edifícios. O que se pergunta é como é que são feitas as participações, como é que as coisas correm no parque tecnológico e, enfim, só mesmo de facto a pessoa estar com a mania da perseguição é que pode ler na intervenção do seu colega algum tipo de má intenção. Estão aqui todos com a melhor das intenções para dar cumprimento à ordem de trabalhos e a este ponto específico. Parece-lhe que se tocou em coisas que, naturalmente, não se devia tocar. Achou um bocadinho desagradável, quando a intenção era a melhor. Por um lado acha que todos se devem regozijar pela capacidade que tiveram em garantir este financiamento, nesta altura do campeonato. Todos sabem que está muito, muito complicado. Muitos dos projetos que foram submetidos a financiamento comunitário foram à vida. Naturalmente têm que ficar todos contentes com isso. Nesta altura das coisas, também sabem que não faz muito sentido estar a equacionar se vai para isto, se vai para aquilo, porque também sabem que o dinheiro está alocado a este projeto. É assim, é isto, é aquilo, são edifícios do parque tecnológico. O que tem que ser feito, do seu ponto de vista, é por isso que estão aqui, e é nesse sentido também que é a intervenção do João Maria Lourenço, da Ana Maria, etc., é o seguinte: aquilo que podem ainda fazer para melhorar um projeto que vai ser financiado. É evidente que não podem regatear, do seu ponto de vista, um milhão de euros, quando estão em causa, quase quatro milhões. Agora o que é que podem melhorar? Os espaços de formação são espaços de formação em qualquer sítio do mundo. No CENFIM, que é mesmo ali ao lado, há salas vazias, no CENCAL há salas vazias. Do seu ponto de vista, se calhar, poder-se-ia, sem pôr em causa a execução do projeto, equacionar os espaços que estão destinados a formação para, eventualmente, fazer outra coisa. Um dos grandes problemas deste país é que tem recursos, recursos, duplicação e triplicação de recursos, e às vezes deixam as infraestruturas às moscas. As questões da sala de formação parece-lhe muitíssimo pertinente. Têm também que ter em atenção as observações que foram feitas pelo Eng.º Machado em sede de Câmara Municipal, relativamente às questões energéticas. Toda a gente sabe que as escolas têm problemas energéticos, que deviam ter sido reequacionados os projetos. Sabe que relativamente à escola Josefa de Óbidos tomaram em atenção algumas observações do Eng.º Machado. Segundo ele diz, e é um técnico reputado nessa matéria, os projetos energéticos, de climatização, da AVAC, dos novos edifícios, não estão de acordo, poderiam ser melhorados. Não diz para se voltar atrás na execução, mas então que se tente melhorar o que é melhorável, neste ponto de vista técnico, como o Eng.º já disse, do ponto de vista de afetação dos espaços, como a Ana Maria disse, relativamente aos espaços de formação. Do seu ponto de vista não está em causa a execução. Nesta altura do campeonato não podem deixar cair um projeto desta natureza, mas têm obrigação, todos, de contribuir para que sejam projetos mais eficientes, energeticamente mais eficazes e projetos que respondam melhor àquilo que todos desejam que venha a ser o parque tecnológico.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que o custo para execução do projeto deste protocolo é de

oitenta mil duzentos e sessenta e um euros e quarenta e três cêntimos em dois mil e doze. Em dois mil e treze são novecentos e oitenta e seis mil cento e trinta e oito euros e quarenta e três cêntimos. Isto somado dá um milhão cento e tal mil euros. Agora com a inflação, etc., gostava que lhe dissesse quais é que são os números concretos.-----

---O Senhor Deputado José Botelho congratulou-se por em tão pouco tempo uma concentração, no tempo e no espaço, aqui no Município, de grandes recursos. Num momento em que não há recursos e não há recursos públicos. O Município consegue, em primeiro lugar, fazer um grande investimento na escola Josefa de Óbidos, um grande investimento na educação, de seis milhões de euros, num curto espaço de tempo, o que revitaliza e economia local. É uma aposta na economia, além de ser a aposta no investimento da qualidade dos futuros adultos do Concelho. Em segundo lugar, e o PS teve a generosidade de se opor, transformar dívida de curto prazo em dívida fundada, para fazer pagamentos aos fornecedores, também na ordem dos cinco, ou seis milhões de euros, o que, num curtíssimo espaço de tempo, também permite uma injeção significativa de recursos financeiros na economia local. Portanto, naqueles que aqui têm atividade, aqueles que aqui têm a sua atividade empresarial. Esta aposta do parque tecnológico que é feita agora traduz um grande investimento na economia local, no crescimento e no emprego. É padrão para o resto do país fazer estes investimentos concentrados no espaço, e em simultâneo, procurando garantir vários objetivos. Objetivos que são estratégicos, objetivos que são de investimento, objetivos que são de animação do próprio tecido empresarial e económico. Se ele se congratula, e bastante, é o facto de com este investimento, que agora se faz, se procurar essa grande aposta que foi feita nas economias criativas desde o primeiro mandato do Dr. Telmo Faria. Essa aposta na inovação, essa aposta na ciência e na tecnologia, essa aposta nas chamadas indústrias criativas, a Dr.^a Celeste lhes fez uma fantástica exposição, e sobre como é que estavam a ter andamento no Concelho. A aposta que foi feita foi de um parque tecnológico. Não é uma zona tecnológica, não é um simples polo de tecnologia. Configura um padrão, uma matriz, um modelo, em que não há muitos no país e que tem envolvimento vários, desde Universidades a grandes empresas. A aposta foi feita. E foi uma aposta difícil de conquistar, porque não depende inteiramente de nós, mas também de aprovações exteriores e começou o seu curso, num bom momento, em que a economia estava aquecida e, desde dois mil e oito, deu-se a crise dos bancos, de todo o sistema financeiro, e depois da dívida pública dos estados, mergulhou a Europa e, em particular, o país, numa situação de pré-colapso, ou de colapso, de pré-falência técnica, com resgate internacional. Aliada à falência deixam de ter investimento privado em Portugal. Essa aposta ficou com problemas de nutrição. Se a aposta não fora alimentada acabaria por atrofiar. Deu-se uma reorientação estratégica. Já que as empresas não têm capacidade material e financeira para se lançarem em projetos com novas instalações, vai a Câmara Municipal garantir assegurar as instalações, para que elas possam ser atraídas. Esta reorientação estratégica foi bastante discutida na Assembleia Municipal. Hoje estão com uma esperança grande, uma expectativa enorme de garantia de financiamento público. Essa reorientação estratégica é a capacidade que têm de não serem teimosos, no sentido de terem um pensamento fechado. Há um projeto, há um modelo, há problemas de poder atrofiar por falta de nutrição, vão arranjar novos canais de alimentação e novas fontes de alimentação. Esta é a aposta. Antes que atrofie, vamos dar-lhe sangue novo e fresco e vitalizá-lo. Esta aposta estratégica tem a ver com uma aposta do Concelho, para um horizonte de vinte anos. Começou há onze, daqui a dez, daqui a vinte, terão essa aposta a gerar pontos luzidios e já o está a fazer. Nestas dificuldades do caminho, a grande capacidade é saber mudar de direção, saber mudar de sentido, saber procurar canais de nutrição alternativos, para que esta aposta possa vingar como uma planta que se cuida e que se nutre.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que leram formação e não deviam ler formação. Talvez tenha sido um termo menos feliz para o efeito. O Senhor Presidente da Câmara Municipal já disse, muitas vezes, qual era o modelo de gestão. O modelo de gestão não é muito diferente daquele que têm hoje no ABC. Vão ter dentro do edifício empresas com um tempo de permanência mais fixo e, portanto, pagam um valor mensal. São estes conceitos de afinação que estão a fazer. Se as pessoas pagam pelo número de pessoas que trabalham naquele espaço, porque, o que consome não é necessariamente o

espaço, a área, mas é a pessoa. Se tem mais pessoas, provavelmente tem mais consumo energético e, provavelmente, tem mais custos administrativos. É tudo muito proporcional. Se querem, podem ter um conceito muito próximo do conceito de hotéis. Podem gerir isto muito perto do conceito de hotel, ou não, ou podem ir por um conceito de ocupação por metro quadrado. Mas também podem ter dentro do espaço dos edifícios centrais, espaços entendidos de formação, como espaços onde possam competir com muitos investidores, ou com muitos territórios, nomeadamente Lisboa, em que têm muitos empreendedores, no hotel Ritz, no hotel Sheraton, seja onde for, e que podem, obviamente, estar no parque tecnológico com enormes vantagens. Podem ficar um dia, podem ficar quinze dias. Esta também é outra forma de dinamizar economicamente o Concelho de Óbidos e a região. A pessoa pode ficar a trabalhar nesse espaço, com ambiente de partilha, com ambiente de discussão com outros empreendedores. É um exemplo que aprenderam com o ABC a partir do momento em que começaram a fazer reuniões quase todas as semanas com os investidores. Há investidores, neste momento, que dizem: “Cada reunião que eu faço, nós fazemos mais um negócio.”: Esta história das redes sociais que substituem, de certa maneira, a humanização e que são dispensáveis, acabam por perceber que não é bem assim. Isso não é verdade. É preciso, de facto, o contato relacional e muito presencial. É muitas vezes, na parte mais informal, que as coisas acontecem. Têm espaços públicos dentro dos edifícios, como o caso da praça central, mas esses espaços são espaços que podem mobilizar para outras componentes. Em relação à questão energética é verdade que o Senhor Vereador José Machado tem chamado à atenção. Ainda, recentemente, tiveram uma reunião a propósito da questão da escola e estão muito sensíveis à questão da racionalização de custos. Aquilo que fizeram com a Josefa, nada obsta que não se possa fazer com os edifícios centrais. O Senhor Vereador José Machado também conhece a preocupação da Câmara Municipal sobre essa matéria. Agora vão ver se quem no fundo dita das regras vem responder aos anseios que têm. Isso também está por provar. Relativamente ao que entendem por espaços de formação e questões energéticas, estão absolutamente abertos a propostas e melhorias, desde que não façam alterar o calendário da obra e por isso metam em causa o financiamento, porque foi muito difícil conseguir este financiamento, e que não viole as regras e a lei. Todos estão do mesmo lado e não querem fazer isso.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo sexto, número um, alínea c) da lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, lei dos compromissos, referente ao protocolo a estabelecer entre o Município de Óbidos e a OBITEC – Associação Óbidos Ciência e Tecnologia, para apoio à construção dos edifícios centrais do Parque Tecnológico de Óbidos, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor, um voto contra e quatro abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Foi presente a declaração de voto da Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues, que a seguir se transcreve: “Declaração de voto - Maria Cristina Rodrigues votou a favor da proposta contida no ponto número um da Ordem de Trabalhos, vem, no entanto, apresentar a seguinte declaração de voto. Um – Regozija-se pelo financiamento obtido pela autarquia através do QREN – Mais Centro para a execução da obra dos Edifícios Centrais do Parque Tecnológico; Dois – Considera que nesta altura não é possível, nem viável, reequacionar a alocação deste financiamento a outros fins, eventualmente mais importantes ou urgentes; Três – Sendo, pois, de utilizar este financiamento para a execução da obra em apreço, deve no entanto proceder-se aos ajustes necessários para que os edifícios a construir correspondam cabalmente aos fins a que se destinam e o façam com a maior racionalidade a todos os níveis. Assim, tal como referido nesta assembleia, deverão ser reanalisados os espaços de formação previstos, considerando que existem centros de formação com espaços disponíveis numa área limítrofe ao Parque Tecnológico e também as questões energéticas dos edifícios, à luz das referências feitas pelo Sr. Vereador José Machado aquando da discussão desta matéria em sessão de Câmara.”-----

---PONTO NÚMERO DOIS - APRECIACÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS À ÓBIDOS CRIATIVA, E.E.M., RELATIVO À ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REC – REDE DE ESPAÇOS CRIATIVOS E EVENTUAL

AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS PREVISTOS NA ALÍNEA I) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil novecentos e setenta, de vinte e quatro de outubro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização, a Proposta de delegação de competência à Óbidos Criativa, E.E.M., relativo à organização, gestão e implementação do Programa REC – Rede de Espaços Criativos, nos termos previstos na alínea i) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, na sua atual redação.-----

---A rede é composta por espaços cuja gestão e exploração a CMO delega na empresa, a saber: a) EPIC – Espaço de Promoção da Inovação e Conhecimento: Espaço misto assente numa lógica colaborativa entre o saber fazer e o saber comunicar. Os pisos térreos serão espaços para empreendedores com projetos comerciais assentes na criatividade, na produção própria, enquadrados nas áreas das indústrias criativas e com forte diferenciação do comércio já existente na vila; O prédio onde o espaço se desenvolve é designado por “casa tenente-coronel” – Prédio Urbano destinado a comércio e serviços, inscrito na matriz da freguesia de São Pedro sob o artigo quatro mil oitocentos e doze e descrito na CRP de Óbidos sob o número mil e trinta e sete. b) EPIC – Espaço colaborativo para pequenas empresas e profissionais poderem desenvolver a sua atividade de forma inovadora, com uma nova metodologia de trabalho e um espaço físico partilhado orientado para colaboração de todos os intervenientes; Integra-se no prédio urbano identificado no parágrafo anterior. c) Espaços Criativos José Joaquim dos Santos, André Reinoso, Baltazar Gomes Figueira e Josefa d’Óbidos: Localizados na antiga Rua Nova são espaços dedicados a criativos (de acordo com os termos antes mencionados). Serão disponibilizados mediante apresentações de propostas nos termos adiante referidos; Os prédios urbanos a que respeitam são, respetivamente: “casa rua nova” – Prédio urbano Rua Nova, quatro, inscrito na matriz da freguesia de Santa Maria sob o artigo mil seiscentos e sessenta e seis e descrito na CRP de Óbidos sob o número mil quinhentos e quinze. “sinagoga” – Prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de Santa Maria sob o artigo oitenta e cinco e descrito na CRP de Óbidos sob o número setenta e dois. “Casa barrote” – Prédio urbano Rua Nova, na Vila de Óbidos, inscrito na matriz da freguesia de Santa Maria sob o artigo setenta e nove e descrito na CRP de Óbidos sob o número dois mil setecentos e quarenta e um. “Casa sapateiro” – Prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de Santa Maria sob o artigo setenta e descrito na CRP de Óbidos sob o número mil novecentos e dois. d) Armazém da Rua Direita: Espaço localizado na Rua Direita, destinado a ocupações permanentes ou temporárias, de cariz cultural e económico, de preferência alinhados com os objetivos mencionados no preâmbulo. De momento é o espaço onde é realizado o Mercado Biológico de Óbidos, cumprindo assim a missão de desenvolver um sector de fileira da nossa economia. O prédio urbano onde o espaço se desenvolve encontra-se inscrito na matriz da freguesia de São Pedro sob o artigo mil e vinte e descrito na CRP de Óbidos sob o número mil oitocentos e noventa. e) Antigas Escolas Primárias: Óbidos, Casais Brancos, Trás-do-Outeiro, Gracieira; Óbidos – Prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de São Pedro sob o artigo quatro mil oitocentos e três e descrito na CRP de Óbidos sob o número dois mil setecentos e quarenta e seis. Casais Brancos – Prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de São Pedro sob o artigo quatro mil setecentos e noventa e nove e descrito na CRP de Óbidos sob o número dois mil oitocentos e sessenta e sete. Trás do Outeiro – Prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de Santa Maria sob o artigo três mil trezentos e dezanove e descrito na CRP de Óbidos sob o número três mil quinhentos e três. Gracieira – Prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de A dos Negros sob o artigo dois mil duzentos e cinco e descrito na CRP de Óbidos sob o número dois mil duzentos e sessenta e seis. f) Armazéns da EPAC; Composto por dois prédios urbanos, inscritos na matriz da freguesia de São Pedro sob os artigos dois mil duzentos e sessenta e sete e dois mil duzentos e sessenta e oito e descritos na CRP de Óbidos sob os números quatrocentos e noventa e dois mil oitocentos e vinte. g) Rede de Museus e Galerias: Centro de Design de Interiores, Casa do Arco, Museu Abílio Mattos e Silva, Museu Municipal de Óbidos, Galeria Nova Ogiva, Galeria do Pelourinho. Os prédios urbanos a que respeitam são, respetivamente: Centro de Design de Interiores – Prédio urbano inscrito na matriz da

freguesia de São Pedro sob o artigo quatro mil setecentos e trinta e sies e descrito na CRP de Óbidos sob o número setecentos e noventa e três. Casa do arco – Prédio Urbano inscrito na matriz da freguesia de Santa Maria sob o artigo sessenta e descrito na CRP de Óbidos sob o número três mil e noventa e um. Museu Abílio Mattos e Silva – Prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de Santa Maria sob o artigo três mil trezentos e cinquenta e seis e descrito na CRP de Óbidos sob o número três mil oitocentos e sessenta e cinco. Museu Municipal de Óbidos – solar da praça de Santa Maria – Prédio urbano sito na Rua Direita, Óbidos, inscrito na matriz da freguesia de Santa Maria sob o artigo cinquenta e três e descrito na CRP de Óbidos sob o número mil novecentos e sessenta e oito. Galeria Nova Ogiva – Prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de São Pedro sob o artigo quatro mil oitocentos e oitenta e sete e descrito na CRP de Óbidos sob o número dois mil quatrocentos e dezoito. Galeria do Pelourinho – Prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de Santa Maria sob o artigo quarenta e cinco e descrito na CRP de Óbidos sob o número mil quatrocentos e sessenta e oito. h) Espaço Restaurante-Escola e jardim no Solar da Praça de Santa Maria; Solar da praça de Santa Maria – Prédio urbano sito na Rua Direita, inscrito na matriz da freguesia de Santa Maria sob o artigo cinquenta e três e descrito na CRP de Óbidos sob o número mil novecentos e sessenta e oito. Antiga creche sita no Largo São Tiago – Prédio urbano, inscrito na matriz da freguesia de Santa Maria sob o artigo três mil trezentos e cinquenta e oito e descrito na CRP de Óbidos sob o número três mil oitocentos e sessenta e três. i) Casa do Pelourinho: Loja de Óbidos; Prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de Santa Maria sob o artigo quarenta e cinco e descrito na CRP de Óbidos sob o número mil quatrocentos e sessenta e oito. j) Auditório Municipal da Casa da Música; Prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de São Pedro sob o artigo quatro mil oitocentos e trinta e um e descrito na CRP de Óbidos sob o número três mil cento e cinco. k) Casa da Praia; Prédio misto composto de terreno para construção urbana com oito edifícios, inscrito na matriz da freguesia do Vau sob os artigos quinhentos e setenta e nove, seiscentos e cinquenta, seiscentos e setenta e quatro, seiscentos e setenta e três, seiscentos e cinquenta e um, seiscentos e cinquenta e seis, seiscentos e cinquenta e cinco e seiscentos e setenta e cinco urbanos; e parte da parcela quatro do número quatro da Secção F e descrito na CRP de Óbidos sob o número noventa e sete. l) Casa da Pegada; Prédio urbano designado por Lote vinte e três, inscrito na matriz da freguesia de São Pedro sob o artigo dois mil duzentos e noventa e nove e descrito na CRP de Óbidos sob o número duzentos e vinte e dois. m) Parques de Estacionamento: Posto de Turismo e Memória. Prédio urbano sito na Porta de Vila, inscrito na matriz da freguesia de Santa Maria sob o artigo dois mil setecentos e oitenta e seis e descrito na CRP de Óbidos sob o número mil quinhentos e setenta e sete. n) Outros espaços que se considerem convenientes para os objetivos da REC, mediante prévia deliberação da Câmara Municipal.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que queria saber quais eram as condições da passagem do património. Se era por concessão, por atribuição gratuita ou por venda. Não sabe como é que é feita esta transação. Acha que há situações de património que faria sentido era passar para as Juntas de Freguesia. No caso da Casa da Música, fazia sentido era que passasse para a coletividade, a quem de direito.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que quando os estatutos da Óbidos Criativa foram aprovados, disse logo que eles iam entrar na ilegalidade. É para dizer que já estão. Têm seis meses. Não se pode fazer uma crítica muito acesa a esta matéria. Agora que a empresa municipal é obrigada a ter uma assembleia municipal, e não tem, é verdade. Há mais coisas. Chama à atenção que estão a trabalhar com uma empresa municipal que não condiz com a Lei, que é de há um mês. O projeto de Lei é praticamente igual à Lei que está em vigor. Isso interessa. Com o caso presente já interessava que se implementasse aquilo que nos estatutos se chamou o Conselho Estratégico, que incluía as várias forças políticas. Será conveniente que, quanto antes, a empresa, a Câmara Municipal, legalize a situação. Os edifícios que estão a ser feitos em Óbidos merecem-lhe algumas críticas de ordem técnica, mas que não são para aqui chamados, até porque são de natureza pessoal. Discordam com esses edifícios que estão a ser recuperados, e em boa hora que o estão a ser. Já nessa altura o Grupo Municipal do PS se absteve. Já que as casas estão feitas, já que as coisas estão a ir para diante, então que façam, que arranjem e que a empresa tenha a delegação de competências. Sempre é melhor existirem do que não existirem. Legalizem

a situação, porque isto não pode continuar. Têm seis meses e uma delas é o Tribunal de Contas.-----
---O Senhor Deputado José Botelho disse que este programa a celebrar com a Óbidos Criativa, que tem a ver com a delegação ou transferência de competências do Município, sobre uma série de espaços e sobre certas atividades, já vinha de trás. Não lhe parece haver aqui grande novidade relativamente à filosofia do programa e do que já era feito pela Óbidos Patrimonium. Com as devidas adaptações, faz-se agora esta nova programação, já que se trata de uma empresa que também foi criada de novo. A ideia que tem é que não há aqui novidade nenhuma, do ponto de vista da maioria dos conteúdos. A novidade poderá ter sido o alargamento a situações novas, que entretanto aconteceram por força de novos espaços que o Município adquiriu por força de novas atividades que pretende lançar. Parece-lhe que o Senhor Deputado João Lourenço está a resvalar para o direito privado, para o Código das Sociedades Comerciais, qualquer coisa desse tipo. O que aqui aprovaram foi o estatuto de uma empresa pública, o estatuto de uma empresa municipal. As empresas municipais não têm assembleia geral. Têm um único acionista, que neste caso não se chama acionista, chama-se sócio ou titular do capital que é o Município. Existe capital estatutário, não existe capital social, propriamente dito. Está sujeita, ao contrário das sociedades comerciais, a poderes de superintendência e de tutela. Esta história de não haver, ou deixar de haver, assembleia geral, não há, porque o estatuto das empresas públicas não o prevê. Estão num regime de tipicidade pura de direito público, em que não é possível pôr outro regime, a não ser aquele que a Lei obriga. Quando foi aprovado o estatuto da Óbidos Criativa, o Conselho Estratégico servia, tão só, para associar, comprometer, entidades com interesse na região e em atrair, muitos deles, no sentido dos irmanar ao Município no desenvolvimento de atividades comuns, ou no sentido de os fazer comprometer naquilo que é a ação municipal. Não lhe parece nada, como agora foi dito, que se tratava de um órgão para que tivessem assento as forças políticas do Município. Para isso já estão na Assembleia Municipal. Não lhe parece nada ter sido essa a finalidade da criação do Conselho Estratégico e estranha, portanto, esta leitura, que lhe parece desvirtuante daquilo que foi feito. Foi feito em termos inovatórios e foi feito para comprometer outras entidades, pessoas singulares e coletivas, na ação municipal, muito para além das forças políticas, que têm assento nos fóruns próprios representativos, como é o caso dos Senhores Deputados.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que há uma transferência de uma série de património da Câmara Municipal para a gestão da Óbidos Criativa. Esse património vai passar a ser gerido pela Óbidos Criativa. Se assim é, é pertinente a questão de perceber porque é que não é feita uma transferência a prazo e porque é que não é feita uma operação com outra envergadura e se a Câmara Municipal não pensa nessa hipótese. Há mecanismos. Faz todo o sentido, numa altura de financiamento, a Câmara Municipal equacionar essa situação, entre transferir o património para a empresa municipal, da qual tem cem por cento, apesar de não ser uma empresa pública, e depois dar um salto para um outro nível, nomeadamente, a possibilidade de angariar investidores para esse projeto. A sua intervenção está, perfeitamente, enquadrada com o tema e com a questão da transferência. Pediu para que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal esclarecesse se é isso, se não é isso, porque não houve uma apresentação inicial.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que se não está em questão a transferência do património para a empresa municipal, então porque é que vem aqui este património todo, explícito, a dizer que vai ser transferido para a mesma. Só se o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não sabe. Está em questão o património. Está explicado. Perguntou se queria que lhe lesse qual era o património.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que o que têm que reconhecer é que ao transferir a gestão do património para a empresa Óbidos Criativa, poderá, daí, resultar confusão, ambiguidades e dúvidas. É só isso. Quem não quiser reconhecer isso é que não está a ver a coisa com a devida boa-fé. Há aqui uma gestão de transferência de património. A maneira como isso se propõe, se expõe, ou se apresenta, é suscetível de criar dúvidas e confusões, sobretudo a quem não tem uma formação muito especial sobre transferência de património. Não é nenhum crime de lesa-pátria vir levantar essas confusões.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que a informação teria sido suficiente para

esclarecer esta questão. Parece haver aqui confusão património / delegação de competências. Se fosse uma delegação de competências, até fevereiro do próximo ano não teria de vir à Assembleia Municipal. Porque a dita assembleia geral era a Câmara Municipal. Quanto muito, habituaram a Assembleia Municipal a vir como informação. Percebeu que o que estava na mente dos Senhores Deputados era uma delegação de competências. Não é isso que estão a discutir. Em substância, o que estão a fazer é delegar competências na Óbidos Criativa, que é aquela que tem a capacidade, o know-how, os recursos intelectuais, para gerir toda a estratégia da criatividade. Estão a transferir isso para a Óbidos Criativa. Óbidos foi convidada para substituir a cidade de Sevilha para mais uma rede internacional, onde está a Holanda, Roterdão, para a criatividade. Isto tem muito a ver com os quadros que tem e que têm na Óbidos Criativa. Estão a delegar competências na Óbidos Criativa. Mas o que estão, efetivamente, a fazer é a definir as regras de como é que a empresa Óbidos Criativa, em termos de regras gerais, pode concessionar a privados, determinados espaços. Quais são as regras que impõem à Óbidos Criativa para que ela faça bem a gestão do ponto de vista da estratégia para a criatividade. Essa é uma das coisas que o órgão Câmara Municipal fez. O que estão aqui a fazer, Assembleia Municipal, é uma outra coisa. Como deram, na Câmara Municipal, autorização e delegaram competências na Óbidos Criativa, e ela vai concessionar esses espaços a terceiros, estão a criar um ónus sobre o património. Por essa razão é que vem à Assembleia Municipal. O ónus que é criado é o ónus do proprietário que tem um qualquer edifício e arrenda. Quando está a fazer isso está a criar um ónus ao seu próprio património. Isso está regulado nas regras gerais de utilização do património, que está no documento. Entenderam que apesar de estas concessões serem feitas a prazo, ainda assim justifica-se vir à Assembleia Municipal para aprovação. Querem segurar bem a estratégia para a criatividade, porque não podem correr o risco de comerem gato por lebre. Têm que dominar bem o assunto. Têm que perceber quais são os atores para cada espaço e quais são os melhores atores para cada espaço. Só isso não chega. É preciso, de uma forma sistemática, observar se aquilo que foram as regras, as premissas, as condições, no ato do lançamento de um determinado concurso, se mantém em vigência, ou não. Não querem ser financiados por conta deste espaço. O projeto não é um projeto que visa a questão financeira. Ele visa montar uma estratégia, atrair pessoas, atrair os melhores, do país, da europa e do mundo e dinamizar a economia local. É isso que procura.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal falou de know-how e recursos intelectuais que existem na Óbidos Criativa, mas, no entanto, depois vai alocar essa questão a terceiros. Pediu informação dos recursos intelectuais e do know-how. Ainda não percebeu quem é essa estrutura e essas pessoas. Se fosse possível gostava de ter noção do que é que é esse know-how e esses recursos intelectuais, nesta matéria, porque não conhece. Se um dia lhe poder fazer chegar, agradecia. Espera que a Câmara Municipal vá pensar, um dia, nessa alternativa.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que está de acordo que a empresa municipal Óbidos Criativa tem uma estrutura e uma infraestrutura mais adequada que os próprios serviços camarários para fazer a gestão do programa que está em causa. Sobre isso não tem dúvidas. Perguntou se a Câmara Municipal equacionou, no momento da discussão, levada a cabo na sessão de Câmara, a proposta do Eng.º Machado, que passava por todo o processo de gestão e de adjudicação dos espaços ser feito, tecnicamente, pela Óbidos Criativa, sendo que a decisão final seria proposta e seria tomada a decisão em sessão de Câmara. Isto aliviava em pouco o ónus que se está a transferir, ou a responsabilidade que se está a transferir para a Óbidos Criativa. Na altura, sabe que o Eng.º Machado propôs isto. Isto parecer-lhe-ia uma solução mais equilibrada. Não está a pôr em causa que a Óbidos Criativa tenha, de facto, os recursos de que falava e uma plasticidade muito maior do que a própria estrutura camarária para fazer a gestão do programa, mas reservaria, e acha que o Eng.º Machado tinha razão, a decisão final, que no fundo era apenas uma validação e uma autorização final, que seria da competência da Câmara Municipal, enquanto proprietária dos edifícios. A sua questão era só essa. Se chegaram a equacionar essa proposta, que lhe parecia muito razoável e muito adequada.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que não estão a comer gato por lebre. Estão sim a ver o gato

escondido com o rabo de fora. Gostava que lhe explicassem o que é que a empresa municipal, quando for gerir estes espaços, o caminho que lhe vai dar. Se vai alugar, se vai vender. Isto está tudo confuso, nada se sabe. Se vai entregar o espaço dos museus a privados e a Casa da Música, etc.. O gato está muito escondido, mas tem o rabo de fora.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que ponderaram várias possibilidades. A questão da agilidade da empresa versus a Câmara Municipal e esta grande diferença levou a pender para a solução da Óbidos Criativa. O Conselho de Administração da Óbidos Criativa reúne uma vez por semana. Muitas vezes faz duas, já chegou a fazer três, reuniões por semana. Ter um investidor na eminência de querer fazer um determinado investimento e passar por todo o processo, o mesmo processo, mas a demorar duas, três ou quatro vezes mais, não é indiferente para um determinado investidor, para um determinado empreendedor. Aquilo que assumiram são as mesmas regras de transparência, mas com uma grande diferença, agilidade, velocidade na decisão. Esse instrumento foi sempre importante, mas nos dias de hoje é determinante, para poderem ter um determinado empreendedor no Concelho, ou não. Esse tempo, hoje, é muito valorizado. Têm, entre eles, o Dr. Miguel Silvestre, que é um quadro da empresa Óbidos Criativa. É ele que gere este programa em conjunto com o resto da equipa. É uma espécie de pivot sobre este programa, mas que trabalha com a Obitec. Estes dois recursos, como o Dr. Alexandre, como a questão da educação, é o recurso que têm mais habilitado para fazer este trabalho. Não têm troika em Óbidos. Não precisam de recorrer a fundos abertos ou fundos fechados ou outras formas de financiamento encapotado, porque não estão sobre resgate, como quiseram fazer crer na comunicação social, falando de resgate financeiro. Todos sabem a enorme diferença entre aquilo que é um plano de ajustamento no programa dois e o que é um resgate financeiro. Só uma atitude que procura, sistematicamente, denegrir a imagem institucional do Município de Óbidos se coaduna com comunicados dessa natureza.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que esse argumento não colhe. A questão da velocidade não colhe. A Câmara Municipal, que saiba, reúne de duas em duas semanas. O que está em causa é a celeridade da análise dos processos. Está plenamente de acordo com ele. Há uma estrutura muito mais plástica, muito mais flexível, analisa, faz. Propõe, mas o dono dos edifícios, o dono do património é que devia ter a última palavra, é que devia adjudicar, seja lá o que for, e dar a palavra final aos contratos da Óbidos Criativa.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que não vale a pena continuarem com esta história de que a Câmara Municipal é que deveria ter a última palavra, e não deixar de ter a última palavra. Os estatutos que tem as alíneas todas do abecedário, desde A a z, em que se dá poderes à Óbidos Criativa de A a Z, é todos os poderes que a Câmara Municipal tem. Transferiram-se todos os poderes camarários para a Óbidos Criativa. Na prática é isto. Veja lá se com tanto interesse em segurar, perde a criatividade. Veja lá se ao segurar as empresas todas, depois lhes tira a criatividade. É do tempo em que estava tudo muito bem controlado e depois a criatividade tinha que ir para o estrangeiro. Nunca se sabe onde é que ela está, embora a maior parte deles sejam, efetivamente, artistas incompreendidos, que precisam que alguém, nesta terra, os compreenda.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que entraram já numa discussão bastante bizantina sobre o controlo da Câmara Municipal, sobre as decisões administrativas, os serviços personalizados da Câmara Municipal, que são as empresas municipais. Bizantina porque a Câmara Municipal é o Conselho de Administração da Óbidos Criativa. Quem integra o mesmo é o Presidente da Câmara Municipal, O Vice-Presidente da Câmara Municipal e outro Vereador da Câmara Municipal. Esse desidrato está mais do que realizado. É bizantino estar a querer exigir uma coisa que já está feita. Não há necessidade de pôr uma coisa mais do que já lá está. Está lá o ponto no i. Querem pôr três pontos no i, ponham dez, não é necessário, basta um.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Delegação de Competências à Óbidos Criativa, E.E.M., relativamente à organização, gestão e implementação do Programa REC – Rede de Espaços Criativos, posta à votação, tendo sido autorizada, por maioria, com dezoito votos a favor, cinco votos contra e uma abstenção, nos termos previstos na alínea i) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei

número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, na sua atual redação. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Foi presente a declaração de voto da Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues, que a seguir se transcreve: “Declaração de Voto - Maria Cristina Rodrigues votou contra a proposta contida no ponto número dois da Ordem de Trabalhos, embora concorde com a delegação de competências à Óbitos Criativa para a organização, gestão e implementação do programa REC, entende que a mesma deveria excetuar a decisão de atribuição dos espaços que, deveria, após preparação do processo prévio por parte da OC, ser objeto de deliberação da Câmara Municipal, enquanto proprietária dos espaços a ceder, aliás, tal como foi sugerido pelo Sr. Vereador José Machado na Câmara.”.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço fez a declaração de voto, que a seguir se transcreve: “Já por diversas vezes tem sido pedida informação sobre a atividade da empresa municipal e três, quatro meses, tem sido o tempo que têm tido de espera para estes documentos. Se este património ainda continua a ir para mais longe da Câmara Municipal, mais difícil vai ser ter essa informação aqui.”.-----

---PONTO NÚMERO TRÊS – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: - Foi dada a palavra aos Munícipes presentes.-----

---A Senhora Helena Cunha, residente em Caldas da Rainha disse que precisava de um esclarecimento sobre um comunicado que a Câmara Municipal fez, na sua página do Município, que saiu a vinte e seis de outubro, onde afirmam que houve um abate em massa no canil municipal, de todos os animais que estavam no mesmo e informam, como causa desse abate dos animais, um surto de parvovirose. Dentro das centenas de comentários a esse comunicado da Câmara Municipal, infelizmente, estão lá alguns bastante mal educados, que não foram apagados, não foram comentados. Fez alguns comentários sobre a verdade daquilo que realmente se passou no canil e foi bloqueada de poder comunicar ou escrever na página da Câmara Municipal. Perguntou o motivo pelo qual foi bloqueada e qual o motivo por que os seus comentários foram apagados. Este assunto extravasou o Município de Óbidos. Existe uma petição, neste momento, que já chega perto das dez mil assinaturas. É um problema nacional, não é um problema de Óbidos. Tem imensa pena que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não esteja presente, porque é uma pessoa pela qual tem a maior estima. Ele terá de confiar nas informações que lhe são dadas pelos seus funcionários. Lamenta, profundamente, que o artigo e o comunicado, porque não querem comer gato por lebre, também, não fosse escrito, pelo menos, de uma forma em que as pessoas não se sentissem ofendidas e tratadas como ignorantes. Um surto de parvovirose não mata animais adultos. Um surto de parvovirose não é diagnosticado, tratado e decidida a eutanásia no mesmo dia. No dia quinze de outubro, como diz o comunicado, foi um funcionário ao canil, foram analisados todos os animais, oito, e não cinco como dizem, foram tratados e foram abatidos no próprio dia. Gostava de saber onde estão os resultados das análises, porque demoram cinco dias a obter os resultados das mesmas. Sendo obrigatório um vazio sanitário de quinze dias, no dia vinte e seis de outubro informam, no dia do comunicado, que o canil já está novamente aberto e a receber animais. Não passaram nem dez dias. Era fácil fazer uma mentira ao apontarem outro tipo de doença. Este é um comunicado que ofende as pessoas que são defensoras dos animais. A razão tem que ser trazida à opinião pública e a verdade também. São estas as questões que tem para colocar.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não está presente, porque tinha outro compromisso para a mesma hora. Foram surpreendidos com o Gabinete de Comunicação a informar e tomaram diligências, de imediato. Procuraram, junto do Veterinário Municipal, perceber o porquê. Este não é o estilo da Câmara Municipal. Quando lhe contaram disse que não era possível, Compreende quem está desse lado. Exigiu explicações. Uma Câmara Municipal que investe o dinheiro que investe num canil. Uma Câmara Municipal que investe em esterilização de canídeos, que fizeram, no último ano, mais de cento e cinquenta esterilizações. Retiveram cavalos que estavam desabrigados, em condições pouco dignas para poderem viver em bem estar animal. Recolheram-nos, com custos brutais para a Câmara Municipal. Tiveram meses e meses os cavalos sobre a tutela da Câmara Municipal, atravessando todas as dificuldades que daí existiram, desde queixas ao

Ministério Público por ocupação da invasão da propriedade privada. Mesmo depois de tudo isso, aguentaram-nos por uma razão. Não queriam, de todo, fazer o abate desses animais. Até ao momento em que tiveram pessoas, entidades, que quiseram ficar com eles, guardaram-nos. Quando encontraram essas pessoas, entregaram os cavalos. Fizeram campanhas nas escolas, para procurar aumentar a base de apoio para adoção de animais. A peça saiu na sexta-feira e a Câmara Municipal soube na quinta-feira. Pediram essa explicação, porque não é o tipo de ação feita pelo Veterinário Municipal. Não é o estilo. Tinha que haver uma razão objetiva. O Veterinário Municipal é uma pessoa que comunga, é ele que propõe, muitas vezes, estas coisas. Tem o pelouro e não sabia o que tinha acontecido. É ele próprio que muitas vezes lhe propõe determinados aspetos e tem tido sempre uma postura de evitar, por completo, a eutanásia. Portanto, não conseguia perceber isso, no dia vinte e três, o que é que se passou. Ainda supôs que não fosse verdade. A explicação técnica que é dada pelo Veterinário Municipal é que a eutanásia é feita no dia quinze, mas a deteção do surto de parvovirose é muito anterior. Nem foi o Veterinário Municipal que detetou, numa fase inicial, foi um outro funcionário, que no momento de fazer o maneio do canil, detetou que os cães estavam mais prostrados. Foi depois, quando o Veterinário Municipal se deslocou, novamente, ao local. Não domina o assunto e tem que confiar. Quem visa os trabalhos é o Executivo sobre confiança que se tem nos próprios serviços. Como deve entender, não tem capacidade para dizer se tem, ou não tem, ou o que deve fazer. Não são oito. Na informação que lhes é dada diz seis, não oito. Viu notícias e, sobretudo nas redes, coisas muito desagradáveis, manipulação de fotografias. Viu fotografias de animais, que ao que o Veterinário Municipal diz, não são fotografias dos animais que foram vítima da eutanásia. Quando olha para aquelas fotografias é de uma violência atroz, é brutal. Sobre o bloqueio na comunicação vai ter que saber o que é que se passa. Amanhã, vai saber se houve alguma intervenção e se houver, garante-lhe que vai ser desbloqueado. Coloca o Gabinete em contato com a Senhora, para este dar as explicações necessárias. A Senhora faz aqui uma espécie de acusação de que a Câmara Municipal está a mentir. A Câmara Municipal faz um comunicado com uma informação técnica que tem. Faz uma informação sobre uma informação técnica. Está a dizer que é mentira. Depois há uma questão que é os cães adultos têm taxas de sobrevivência de oitenta por cento, partindo de um pressuposto que estão a falar de cães adultos. Também leu que sendo verdade que têm probabilidades de sucesso maior em cães adultos, leu no mesmo comunicado que saiu, no dia vinte e quatro, no Diário de Notícias, por um professor universitário que dizia que a totalidade dos canis municipais do país não têm condições objetivas para tratar, porque exige um tratamento e uma observância de vinte e quatro sobre vinte e quatro horas. Isto vem na informação no Diário de Notícias. A menos que lhe digam que isso também é mentira. Entretanto não pode confiar em ninguém. Ele próprio o diz, é possível, mas os canis municipais não têm condições para o fazer.-----

---O Senhor Joel Alves de Caldas da Rainha disse que o canil municipal de Óbidos tem todas as condições físicas e é um canil de excelência. Perguntou se o canil tem um funcionário que trate diariamente dos animais, os veja e cuide do mesmo.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o canil municipal teve sempre funcionário. Não percebe porque é que insistem nessa questão. Também acompanha as redes e vê um conjunto de trapalhadas, porque aí já não é preciso dominar o assunto tecnicamente, de manipulação, de mentira e essas, obviamente, acha pouco cordiais. Tiveram sempre funcionário, têm sempre pessoas diferentes a fazer rotação. Tiveram, em tempos, um único funcionário adstrito ao canil e hoje, ou desde há algum tempo a esta parte, rodam vários funcionários.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e cinco minutos, do dia vinte e nove de outubro do corrente ano. E eu Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta ata que vou assinar.-----